



**TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DEFENDIDOS EM 2021 NO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO – CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

**Título:** EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:  
Percepção dos servidores que trabalham nas comissões

**Aluno:** Andrei Paula Leite Paz

**Orientador:** Fabiano Peruzzo Schwartz

**Resumo:** Nos bastidores das comissões da Câmara dos Deputados, órgãos em que as audiências públicas são realizadas, críticas com relação à efetividade prática desse tipo de reunião são frequentes, muitas vezes proferidas pelos principais atores que delas participam diariamente. Questionamentos sobre a razão de existir do instituto das audiências públicas são detectados por pesquisas recentes. Há, porém, divergência na literatura acadêmica sobre quais seriam as funções, objetivos, papéis desse tipo de reunião, o que torna a discussão sobre sua efetividade, ou não, bastante complexa. Partindo de sua contextualização – origem, histórico, características, funcionamento nas comissões, atores envolvidos, críticas documentadas – este estudo buscou mapear quais seriam os objetivos de realização desse instituto à luz das três principais óticas teóricas a ele aplicadas pela literatura: o Participacionismo, o Deliberacionismo e a escolha racional do Neoinstitucionalismo. A partir desse levantamento basilar sobre o papel de uma audiência pública, viabilizou-se a análise de sua efetividade, ou melhor, sobre a percepção de sua efetividade na visão dos atores envolvidos em sua realização. Mais ainda, por meio da entrevista de representantes de um dos principais grupos de participantes, os servidores das comissões, pôde-se observar a coexistência, de forma bastante equilibrada, de explicações associadas às variadas correntes teóricas estudadas. Essa característica trouxe à tona reflexão sobre a real necessidade de se buscar detectar qual ótica teórica prevalece dentre os atores envolvidos com essas reuniões. A mensuração do desempenho indicou serem as APs da CD efetivas na percepção da maior parte dos entrevistados. Esse achado surpreendeu as expectativas iniciais, mostrando serem as críticas muito mais associadas a manifestações de interesse na evolução do instituto do que a indícios de baixa percepção de desempenho.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Audiências públicas. Participacionismo. Deliberacionismo. Neoinstitucionalismo. Efetividade.

**Título:** CONEXÃO ELEITORAL: uma análise sobre a relação entre padrões geográficos de distribuição de votos e o comportamento legislativo das deputadas na 55ª legislatura

**Aluna:** Raquel Silva de Faria

**Orientador:** Ricardo Chaves de Rezende Martins

**Resumo:** Os principais estudos brasileiros sobre comportamento legislativo pós-redemocratização foram fortemente influenciados pela teoria da escolha racional, evidenciando que tanto elementos da arena eleitoral como da arena política incidem sobre o comportamento legislativo. No entanto, não há estudos que desagregam os dados por sexo e, considerando a evidente sub-representação de mulheres na Câmara dos Deputados, não há como se verificar se deputadas tem comportamento legislativo semelhante aos deputados. Nesse sentido, compreender o comportamento legislativo de deputadas sob o enfoque da conexão eleitoral contribui para identificar nuances da participação política feminina dentro do Câmara dos Deputados e, eventualmente, elucidar problemáticas decorrentes da desigual ocupação dos espaços de poder. Para se estudar o comportamento legislativo das deputadas, nesta pesquisa, foram consideradas proposições legislativas, requerimentos de audiência pública e discursos proferidos em Plenário, com o objetivo de analisar a relação entre o comportamento legislativo das deputadas na 55ª legislatura e os padrões geográficos de distribuição de votos nas eleições de 2014 e 2018. Observou-se que as deputadas obtêm votações mais concentradas do que os parlamentares homens, demonstrando a dificuldade de mulheres ampliarem suas bases eleitorais tanto quanto homens. Os dados refletem a diferença no perfil entre homens e mulheres eleitos, mas também apontam para a dificuldade de as mulheres disputarem igualmente a corrida eleitoral, o que contribui para sua sub-representação. A prevalência de votações não-dominantes entre as deputadas indica que a maior parte seria proveniente de grandes cidades e capitais ou ligadas a setores sociais disseminados pelo estado, sendo assim, era esperado que a natureza da conexão eleitoral desestimularia a lógica particularista e incentivaria à tomada de posição. De fato, essa expectativa teórica se confirmou e as deputadas da 55ª legislatura priorizaram as políticas que distribuem benefícios, sejam de forma concentrada ou difusa, e que possuem baixo nível de conflito na arena legislativa. Prevaleram as políticas distributivistas, de impacto setorial ou nacional, demonstrando que as deputadas, em sua maioria, preferiram agir sob a lógica da tomada de posição ou de criação uma imagem positiva perante o eleitorado (advertising), em detrimento da lógica localista da reivindicação de créditos. Houve predomínio da atuação em temáticas soft politics, o que pode evidenciar elementos da divisão sexual do trabalho na atuação legislativa e a dificuldade de as mulheres ocuparem posições estratégicas na formação da agenda política. Não foi constatada associação entre o perfil de distribuição de votos e o sucesso na reeleição, no entanto, observou-se que deputadas reeleitas priorizaram mais políticas com benefícios difusos a toda a sociedade do que as não-reeleitas. Por fim, constatou-se que há diversos reflexos da arena eleitoral na atuação legislativa das deputadas da 55ª legislatura, demonstrando que a conexão eleitoral certamente é um dos elementos que condiciona o comportamento parlamentar das deputadas.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Conexão Eleitoral. Deputadas Federais. Atuação Legislativa. Votos. Distributivismo.

**Título:** REPRESENTATIVIDADE DE MULHERES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Percepções de integrantes da Secretaria e da Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados sobre a eficácia das cotas femininas nos resultados eleitorais de 2018

**Aluna:** Roberta Cristina Passos Gonçalves

**Orientador:** Fabiano Peruzzo Schwartz

**Resumo:** Estudo quali-quantitativo das percepções de atores qualificados sobre o efeito das cotas eleitorais e do financiamento no resultado eleitoral de 2018, realizado com vistas a identificar e relatar se fatores pouco investigados possam ter interferido na apreensão e nas conclusões da literatura sobre cotas e na opinião de atores políticos acerca da eficácia das cotas eleitorais no aperfeiçoamento da representatividade feminina. Os resultados foram obtidos mediante a análise e comparação de elaborações discursivas obtidas em entrevistas semipresenciais com indivíduos relacionados à Secretaria de Mulheres na Câmara ou envolvidos com a atividade de promoção de candidaturas femininas, com os resultados da literatura existente sobre as cotas eleitorais no sistema político-eleitoral brasileiro e sugerem ingerência de fatores pouco considerados nessas análises, como o tempo de implementação da política pública, lacunas legislativas e o descumprimento reiterado da legislação sobre cotas e financiamento, como elementos que interferem na percepção acerca da eficácia das cotas eleitorais. Os achados levam à conclusão da importância de que a análise da eficácia das cotas seja realizada levando-se em conta também as condições cronológicas e sistêmicas em que essa política pública esteja produzindo seus efeitos, sobretudo com relação a estruturas e estratégias político-partidárias.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Câmara dos Deputados. Cotas. Financiamento. Mulheres. Representatividade. Eleições de 2018.

**Título:** O FIM DAS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS E SEUS REFLEXOS NOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA VEREADORES EM 2020

**Aluna:** Adriana Pereira Lemos de São José

**Orientador:** Ricardo Chaves de Rezende Martins

**Resumo:** Com a promulgação da Emenda Constitucional 97/2017, o Brasil viveu um ineditismo político desde a redemocratização, a proibição das coligações partidárias para as eleições proporcionais. Com esta alteração, fez-se necessária uma nova maneira de se fazer política, pois as alianças sempre foram agentes importantes no contexto eleitoral. Diante da novidade, mostrou-se interessante elaborar um estudo a fim de verificar o impacto do fim das coligações nas eleições de 2020, na diversidade de partidos representados pelos vereadores eleitos, em comparação com a observada na eleição de 2016. Foram utilizadas como amostra as 26 capitais brasileiras onde ocorreram eleições no ano de 2020. Definiu-se então como objetivo geral investigar o impacto do fim das coligações partidárias nos resultados das eleições municipais para o cargo de vereador em 2020, em termos de representação partidária nas Câmaras de Vereadores, em comparação com os resultados das eleições municipais de 2016. Na metodologia, utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados eleitorais. Como fundamentação teórica, adotou-se o neoinstitucionalismo, com foco na teoria da escolha racional, suas relações com o comportamento eleitoral, abordando a relevância das instituições, partidos e normas para a compreensão dos fenômenos políticos. Abordaram-se também a reforma política, os impactos, os benefícios e as distorções das coligações. Foi utilizado o método comparativo, por ser uma ferramenta adequada para aferir as modificações ocorridas em uma mesma localidade em períodos e sob normatizações diferentes. Os resultados obtidos não foram conclusivos quanto à redução da fragmentação partidária: observou-se redução em algumas localidades, em contrapartida, houve aumento em outras. Averiguou-se também se as capitais cujos partidos elegeram prefeitos aumentaram sua representatividade nas câmaras de vereadores, além da influência do “puxador” de votos na eleição de outros candidatos após as mudanças na legislação.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Coligações partidárias. Neoinstitucionalismo. Escolha racional. Sistema eleitoral.

**Título:** MEDIDAS PROTETIVAS NA LEI MARIA DA PENHA: um retrato da atual agenda propositiva legislativa

**Aluna:** Daniela Novaes Souza Lira Vieira

**Orientadora:** Giovana Dal Bianco Perlin

**Resumo:** O estudo, a partir de uma abordagem de gênero como categoria de análise, analisa as proposições legislativas voltadas para a alteração da Lei Maria da Penha, especificamente, as medidas protetivas da Lei, a fim de caracterizar a agenda propositiva relativa à violência contra a mulher. A partir de uma revisão dos Projetos de Lei em trâmite na Câmara dos Deputados, criou-se categorias de alterações legislativas de acordo com o tipo de alteração almejada e, posteriormente, discute-se algumas características dessa agenda e os possíveis reflexos da atual agenda propositiva na política pública de enfrentamento a esse tipo de violência.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Lei Maria da Penha. Violência doméstica contra mulher. Medidas protetivas de urgência. Políticas públicas.

**Título:** REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E PODER LOCAL: atuação do empresariado como ator político no Distrito Federal na implementação do Pró-DF

**Aluno:** Érik Fernando de Sales Araujo

**Orientador:** Antonio Teixeira de Barros

**Resumo:** Este trabalho aborda como se dá a representação de interesses do empresariado local no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), a partir de um estudo de caso que compreende a análise de dois projetos: o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF 1) e o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF 2). O objetivo principal é estudar como os procedimentos utilizados pelos grupos de pressão empresariais surtem efeito na defesa de seus interesses perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal, verificando a forma de atuação destes grupos e os procedimentos utilizados para a viabilidade do PRÓ-DF. O referencial teórico é focado nos estudos sobre representação de interesses e poder local. A metodologia compreende pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com os principais atores envolvidos na formulação, tramitação, aprovação e revisão dos dois projetos mencionados. Entre os diversos atores envolvidos na tramitação deste projeto, tornou-se claro o protagonismo do Executivo e do empresariado em detrimento do Legislativo local, este se mostrou mais reativo, tendo atuação mais ligada à problemas pontuais que eram levados por grupos empresariais. Já o empresariado embora bastante atuante, fora pouco organizado, salvo pequenas exceções, e atuava de forma também reativa e segmentada. Não se pôde concluir que o empresariado atuava como grupo uníssono e de forma profissional.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Representação de interesses. Poder Local. Câmara Legislativa do Distrito Federal. PRÓ-DF.

**Título:** FUNÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS INTERATIVAS DO SENADO FEDERAL

**Aluno:** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Orientador:** Antonio Teixeira de Barros

**Resumo:** A pesquisa tem como ponto de partida a seguinte questão: Quais as funções atendidas pelas audiências públicas interativas no Senado Federal? O principal objetivo é analisar a percepção dos atores envolvidos acerca das funções desses debates: assessores de senadores, secretários das comissões permanentes e o público on-line participante. Trata-se de um estudo de caso, com inspiração nas teorias da democracia deliberativa, com ênfase para as formas de deliberação on-line. Tal abordagem surge da tentativa de enquadrarmos as audiências públicas interativas no escopo teórico da discussão sobre as formas de deliberação on-line. A metodologia combina pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários. Em que pese a participação abaixo do esperado por parte da sociedade e o pouco interesse dado pelos parlamentares, sob o prisma da democracia deliberativa, a audiência pública interativa atende aos requisitos da teoria como instrumento, devendo continuar a ser testada e aprimorada por meio da experimentação, buscando evolução contínua. A partir da literatura contemporânea sobre o tema, foram mapeadas as seguintes funções para as audiências públicas on-line no âmbito do Senado Federal: (i) informacional; (ii) fiscalizadora; (iii) fórum público; (iv) empoderamento político-social; (v) educadora; (vi) legitimadora; e (vii) eleitoral. Após essa etapa, procederam-se às pesquisas e análises de dados coletados. Dentre os achados da pesquisa, temos como resultado da aplicação dos questionários um consenso entre os dois grupos (secretários e assessores) em torno das audiências interativas servirem como local para trocas e debates, serem capazes de dar maior visibilidade a temas e de atingirem as bases eleitorais dos parlamentares. Vimos, em geral, um predomínio das funções eleitoral e fórum público. Para os secretários das comissões, as audiências pouco agregam no que tange à função informacional ao não notarem influência na decisão dos parlamentares. Já os assessores dos parlamentares consideram o contrário, e destacam a importância informacional das audiências, bem como o contato direto da sociedade com os parlamentares, trazendo ganhos participativos e atestando a função legitimadora da ferramenta. Por fim, temos que o usuário médio do portal não tem grande interesse em política, apenas participa ocasionalmente do e-Cidadania e sua percepção principal é a de que não é ouvido pelos parlamentares. Ainda assim, confia mais no programa do que na instituição Senado Federal.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Democracia deliberativa. Deliberação on-line. Audiência pública interativa. e-Cidadania. Senado Federal.

**Título:** VOTO REGIONAL, NOMINAL E PROPORCIONAL NAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS: análise da representatividade das regiões geográficas intermediárias brasileiras e uma proposta de redução da magnitude dos distritos eleitorais

**Aluno:** Roberto Jardim Cavalcante

**Orientador:** Ricardo Chaves de Rezende Martins

**Resumo:** Este trabalho aborda o sistema eleitoral brasileiro e tem como objetivo principal apresentar uma proposta de redefinição das fronteiras dos distritos eleitorais, nas eleições para a Câmara dos Deputados, passando do voto em âmbito estadual, atualmente em vigor, para o voto regional. Pretende-se manter as características do voto nominal e proporcional, porém, em distritos plurinominais de menor magnitude. Inicialmente, valendo-se de pesquisa às bases de dados eleitorais do TSE e das divisões regionais do IBGE, apuram-se eventuais assimetrias engendradas pelo modelo em vigor, denotando a ocorrência de regiões intraestaduais representadas em desproporção ao tamanho de suas populações, considerando o domicílio eleitoral dos deputados federais eleitos em 2014 e 2018. Em seguida, a partir de estudos em defesa de sistemas eleitorais proporcionais em distritos de baixa magnitude e do nexo espacial entre o território e a população, presente em estudos de regionalização do IBGE, a pesquisa traz mapas com a proposta de divisão e seus traçados para os distritos eleitorais. Em lugar das atuais 27 circunscrições eleitorais – hoje coincidentes com a área de cada Unidade da Federação (UF) – nas eleições para deputado federal, com magnitude média de 19 cadeiras por UF, mediana de dez e moda de oito, sugere-se um desenho com 76 distritos, magnitude média de 6,75, mediana de seis e moda igual a quatro. Apresentam-se vantagens e desvantagens do modelo proposto, em comparação com outros sistemas eleitorais ultimamente aventados no país – ‘distritão’, sistema atual, voto em lista fechada, sistema distrital puro e distrital misto. Por fim, uma análise de cenário cruza os resultados eleitorais de todo o Estado com as votações parciais em cada distrito, segundo as bases do TSE, aferindo o grau de convergência das listas dos candidatos mais votados nas regiões intraestaduais com as listas de deputados eleitos, por Estado, no pleito de 2018. Alcançou-se um índice de 74,1% deputados que seriam favoritos regionais, ou ainda, 81,5%, se os candidatos favoritos em mais de um distrito forem descartados naquele(s) em que não tiverem obtido seu maior percentual de votos em relação ao total do distrito. Esse alto índice indica que eventual adoção desta sistemática de voto regional não prejudicaria os interesses eleitorais da maioria dos deputados em exercício na Câmara dos Deputados. Em suma, esta proposta de voto regional pode ser avaliada como uma mudança incremental, sem grandes custos políticos, não avessa à tradição política brasileira, consistente com a noção de dependência da trajetória percorrida pelo sistema político brasileiro até o momento e sem representar distúrbios institucionais maiores que os problemas atribuídos ao modelo eleitoral em vigor.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Sistema eleitoral. Voto proporcional nominal regionalizado. Reforma eleitoral. Geografia do voto.



**Título:** PERFIL DA DISCIPLINA DOS PARTIDOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 55ª LEGISLATURA (2015-2019): Uma análise categorizada do comportamento parlamentar sob a perspectiva de sua disciplina nas votações nominais no Plenário

**Aluno:** Rodolfo Augusto Rocha Monteiro

**Orientador:** Ricardo Chaves de Rezende Martins

**Resumo:** Em um contexto atual de extrema aproximação entre eleito e eleitor, o deputado frequentemente se encontra em conflito em atuar de forma coordenada com seu partido, seguindo a orientação dos líderes partidários, ou de forma atomizada, em conexão direta com seu reduto eleitoral. Nesse cenário, este trabalho estuda esse comportamento do parlamentar em relação ao seu partido, especificamente por meio da observação da sua disciplina nas votações nominais no plenário da Câmara. A pergunta que buscou-se responder é qual o perfil da disciplina dos partidos na 55ª Legislatura, considerando aspectos partidários como parâmetros de observação: alinhamento no espectro político-ideológico (partido de esquerda, de centro e de direita) e relação com o Governo (partido da base ou da oposição), além de aspectos relacionados ao tipo da proposição votada. Para isso, foram mensurados para cada partido, ou arranjo de partidos, qual o número de deputados que votaram de acordo com a orientação de seus líderes em proporção ao número total de deputados que votaram em cada votação nominal da amostra. Na obtenção da disciplina partidária sob a ótica do tipo da proposição votada, a mesma metodologia foi aplicada, contudo agruparam-se as votações nominais da amostra em subconjuntos de cada um dos tipos estudados. Os resultados gerais sugerem que os deputados foram disciplinados na 55ª Legislatura em todas as categorias, confirmando uma tendência apontada por outros estudos sobre o tema. Em termos do arranjo político-ideológico, os partidos de esquerda foram mais disciplinados que os partidos de direita. Foi possível captar por meio do comportamento disciplinar dos parlamentares os conflitos no interior da arena legislativa provocados pelo impedimento da ex-presidente Dilma. Os patamares de disciplina do arranjo de partidos opositores ao ex-presidente Temer são consideravelmente elevados, destoando dos demais. Ademais, os resultados sugerem maior influência da ideologia partidária do que a relação dos partidos com o Governo na determinação do comportamento dos deputados. Sob a ótica dos tipos de proposições votadas, os Requerimentos são as proposições em que os partidos, de forma geral, são mais disciplinados, destacando-se os arranjos de partidos de esquerda e centro. De forma semelhante, as Propostas de Emenda à Constituição e Projetos de Leis Complementares têm altos índices disciplinares, em função da necessidade de atuação conjunta dos parlamentares com seus partidos para que possam ter alguma influência nesses tipos de proposições, geralmente programáticas e estruturantes. As Medidas Provisórias e Projetos de Lei Ordinária figuram entre os tipos de proposições em que se observou maior grau de indisciplina, haja vista possuírem elementos que incentivam os parlamentares a agirem de forma individual, em conexão direta com suas bases eleitorais. Nesses grupos de proposições, os partidos de oposição ao Governo Temer, seguidos pelos partidos da base do Governo Dilma, são os arranjos com maiores índices disciplinares.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Disciplina Partidária. Comportamento Parlamentar. Partidos Políticos. Câmara dos Deputados. 55ª Legislatura.

**Título:** DIAGNÓSTICO DA E-PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: Uma análise da efetividade da mediação institucional nas ferramentas on-line

**Aluna:** Simone Ravazzolli

**Orientadora:** Malena Rehbein Rodrigues Sathler

**Resumo:** Esta pesquisa analisa os processos de participação social em ferramentas on-line da Câmara dos Deputados para avaliar a efetividade da mediação institucional desde o recebimento dos inputs (votos, sugestões, comentários) dos cidadãos até a entrega dos resultados à esfera política. Para isso, foram selecionadas quatro ferramentas que correspondem a diferentes estágios do processo legislativo, de acordo com o ciclo de formulação de leis e políticas públicas da agenda crowdlaw, elaborada pelo GovLab/NYC: Banco de Ideias (identificação de problema), Enquetes (alternativas), Wikilegis (elaboração colaborativa) e Pauta Participativa (decisão). Por meio de um processo de inteligência coletiva, foram consultados 30 especialistas em participação social (gestores de processos e ferramentas de interação no serviço público; acadêmicos que pesquisam a temática; e entidades da sociedade civil atuantes na área) em busca de um consenso sobre os indicadores mais adequados para avaliação dessa etapa de mediação. Consolidou-se colaborativamente, com a expertise desses especialistas, uma relação de 15 indicadores que foram aplicados nas quatro ferramentas, com atribuição de uma nota a cada uma delas no final do processo. Como resultados, identificou-se que três das ferramentas alcançam um nível de efetividade satisfatório, com possibilidades de aprimoramento; enquanto uma não conseguiu atingir resultados mínimos, indicando uma necessidade de reformulação. Na sequência da apresentação e avaliação dos resultados, são feitas recomendações gerais e específicas (ferramenta/indicador) com o objetivo de auxiliar no aprimoramento dos processos participativos da instituição e do serviço público em geral.

**Palavras-chave:** Participação social. E-participação. Democracia digital. Inteligência coletiva. Câmara dos Deputados. Poder Legislativo.

**Título:** A RELAÇÃO LEGISLATIVO-EXECUTIVO DURANTE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

**Aluno:** Thyago Marcel Cruz e Silva

**Orientador:** Fábio de Barros Correia Gomes

**Resumo:** As manifestações de junho e julho de 2013 protagonizaram momento único na história do país em que os poderes Executivo e Legislativo apressaram-se em apresentar uma agenda com soluções que pudessem ser entregues à população que ocupava as ruas em centenas de cidades brasileiras. É nesse período que o poder Executivo apresenta a Medida Provisória 621/2013, que instituiu o Programa Mais Médicos e, em seu escopo, o Projeto Mais Médicos para o Brasil, cuja política estava voltada para a contratação de recursos humanos para a atuação no Sistema Único de Saúde (SUS). No contexto do presidencialismo de coalizão, esta pesquisa aborda a relação entre os poderes diante das alterações promovidas pelo Legislativo na MP enviada pelo Executivo (CRUZ, 2018), como também pelas características apresentadas nas tipologias de interações de Gomes (2013), em uma abordagem sistêmica e estratégica. Os resultados revelados contrariam, como já apontava a literatura, a tese de paralisia decisória do Legislativo, como também de que este poder, no processo legislativo, desfigura as propostas do Executivo. Os dados revelam que a maioria das mudanças são periféricas ao texto e, aquelas substanciais, ou seja, que atingem o núcleo central da medida provisória, foram no sentido de ampliar o seu alcance, caracterizando a cooperação entre os poderes. Contudo, em uma análise sistêmica e estratégica, observou-se elevado grau de conflito nas diversas instâncias de decisão entre congressistas da coalizão e da oposição, revelando impasses em um ambiente já esperado de liderança da coalizão de governo. O impasse entre os poderes não escondeu ainda a participação da sociedade que, por meios formais e informais, pode apresentar propostas e participar da construção final do texto da proposição.

**Palavras-chave:** Poder Legislativo. Relação Legislativo-Executivo. Interações. Legislação.